



ADESÃO AOS PADRÕES E NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL-PR

PRATA, Thatiana Zanella¹
OLIVEIRA, Camila de²
COSTA, Ruy Fernandes da Silva.³
thatiana_zanella@yahoo.com.br

RESUMO

A contabilidade brasileira vem passando por um período de transição, pois o Brasil aderiu ao processo de convergência aos Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade. Essa aderência resulta em mudanças e alterações, produzindo informações contábeis mais compreensivas e confiáveis aos seus usuários e no setor público uma das mudanças mais notáveis é com relação ao enfoque contábil, onde a Contabilidade Orçamentária deixa de ser o foco central da visão contábil e a Contabilidade Patrimonial é resgatada. O estudo apresenta como tema a Contabilidade Pública e tem por objetivo geral verificar as mudanças que ocorreram na contabilidade pública mediante a Adesão dos Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade na Prefeitura Municipal de Cascavel-PR. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativa, com características descritivas, na modalidade de estudo de caso a partir da aplicação de entrevistas com contadores que atuam em diversos setores da Prefeitura Municipal de Cascavel-PR. Foram realizadas no total 04 (quatro) entrevistas através de um roteiro de perguntas contendo 22 (vinte e duas) perguntas, distribuídas em 03 (três) grupos de questionamentos, sendo eles: formação acadêmica e conhecimento sobre o processo de convergência aos padrões e normas internacionais de contabilidade, conhecimentos sobre o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e aplicação e conhecimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os resultados indicam que todos os contadores conheceram as mudanças que vem ocorrendo na contabilidade pública e que participaram de cursos a fim de se prepararem para essas mudanças. Notou-se também que os alguns contadores aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sendo que o Tesouro Nacional é quem as repassa e realiza a implantação dessas novas normas. Porém os contadores que trabalham no setor de Custos e Patrimônio não aplicam essas normas, pois em seus setores elas ainda não foram implantadas e exigidas.

Palavras-chave: Contabilidade Pública, Convergência. Normas Internacionais.

¹ Acadêmica do 4º Ano de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (2017).

² Acadêmica do 4º Ano de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (2017).

³ Prof. Especialista Ruy Fernandes da Silva Costa - Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – ORIENTADOR (2017).



INTRODUÇÃO

A Contabilidade brasileira vem passando por um período de transição devido à adesão do Brasil ao processo de convergência aos Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade, essas mudanças estão ocorrendo para beneficiar as empresas do mercado nacional em suas relações com empresas estrangeiras, nas trocas de informações para empresas que possuem filiais e também para novos investidores.

O processo de convergência atinge também o setor público, onde as normas brasileiras de contabilidade estão aderindo às exigências do Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB – *International Accounting Standards Board*). Essa aderência resulta em mudanças e alterações, produzindo informações contábeis mais compreensivas e confiáveis aos seus usuários.

Nesse sentido, uma das mudanças mais marcantes, resultantes do processo de convergência, é com relação ao enfoque contábil do setor público, onde a Contabilidade Orçamentária deixa de ser o foco central da visão contábil e a Contabilidade Patrimonial é resgatada.

Diante deste novo cenário, em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com objetivo de iniciar o processo de adequação as normas internacionais de contabilidade.

As NBCASP (NBC T 16.1 a 16.10) foram criadas com intuito de compatibilizar os princípios contábeis com as informações contábeis do setor público, alinhada aos padrões e normas internacionais. Em 2011, através da Resolução 1.366/11, o CFC criou a NBC T 16.11, que trata sobre Sistema de Informações de Custos do Setor Público.

Em 2016, o CFC publicou no Diário Oficial da União (DOU), a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual que visa, entre outros objetivos, definir a sociedade como usuária principal da informação contábil. Essa nova norma resultou na revogação das NBC T 16.1 a 16.5, com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2017.



Assim, este estudo tem por objetivo geral verificar as mudanças que ocorreram na contabilidade pública mediante a Adesão dos Padrões e Normas Internacionais na prefeitura do município de Cascavel-PR.

O problema da pesquisa seria “Quais as mudanças estão ocorrendo na prefeitura municipal de Cascavel-PR frente a Adesão dos Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade?”.

O estudo justifica-se pelas recentes mudanças que vem ocorrendo na Contabilidade Pública, devido ao processo de convergência dos Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade, onde a aplicação dessas mudanças interfere no andamento do mercado interno brasileiro e, também pela crescente relação internacional entre empresas públicas e privados do Brasil, sendo assim de interesse da sociedade como um todo. Para o meio acadêmico a pesquisa se torna relevante, pois apresenta de forma clara e direta a trajetória do processo de convergência e suas respectivas alterações na contabilidade do setor público.

Foram publicados alguns artigos que tratam deste tema, entre eles o artigo de Nascimento et al (2015) que apresentou como objetivo demonstrar as principais mudanças com a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público e analisar como os contadores que lidam com as demonstrações contábeis estavam lidando com essas mudanças, obtiveram como resultado que a maioria dos entrevistados se consideram capacitados tecnicamente para o participar do processo de conversão.

Outro artigo realizado por Vega et al (2015), buscou analisar a implementação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrangendo as Normas de Contabilidade Aplicada no Setor Público nos municípios de Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Evidenciou-se que parte dos profissionais estão preocupados com a implementação e capacidade técnica dos servidores.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois buscou analisar e transmitir dados, de forma imparcial, sobre a adesão aos Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade na Prefeitura Municipal de Cascavel-PR. Conforme Bauren (2006, p. 81) ressalta “fica evidente a importância da pesquisa descritiva em Contabilidade para esclarecer determinadas características e/ou aspectos inerentes a ela”.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é um estudo de caso que de acordo com Gil (2009), esse tipo de pesquisa busca obter informações de um grupo de pessoas para, através de análise quantitativa, obter resultados e conclusões dos dados coletados.

A pesquisa apresentou caráter qualitativo, pois de acordo com Richardson (2008, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

A primeira etapa de coleta de dados ocorreu através de um telefone ao profissional responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal de Cascavel-PR, sendo exposto o propósito do artigo e sua relevância e, posteriormente, foi agendada a entrevista com o contador responsável.

Após a realização da entrevista com o contador responsável, foi realizado um levantamento de quantos contadores trabalham na Prefeitura Municipal de Cascavel-PR, sendo relatado um total de 08 (oito) contadores. No total foram realizadas 04 (quatro) entrevistas, pois alguns contadores não possuíam disponibilidade de horário para participar da entrevista.

A metodologia de coleta de dados foi realizada no período de Agosto de 2017. Os entrevistados receberam um Termo de Consentimento e Responsabilidade que assegurava a privacidade de todos os participantes. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista contendo 22 (vinte e duas) perguntas, distribuídas em 03 (três) grupos de questionamentos, sendo eles: formação acadêmica e conhecimento sobre o processo de convergência aos padrões e normas internacionais de contabilidade, conhecimentos sobre o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e aplicação e conhecimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As entrevistas foram gravadas com consentimentos dos entrevistados e posteriormente transcritas ao papel.

1.1 A NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A Contabilidade aplicada no Setor Público está passando por um período de adequação e mudanças, portanto faz-se necessário apresentar referenciais teóricos que irão fundamentar a elaboração deste trabalho.

Segundo Silva (2011) a Contabilidade Pública é uma especialização contábil que realiza o estudo e análise de fatos que ocorrem na administração pública, sendo ela fundamental em seu planejamento e controle.

De acordo com Lima e Castro (2003, p.13), “A contabilidade pública tem por objetivo aplicar conceitos, Princípios e Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos da Administração Pública”.

A evolução das sociedades em conjunto da globalização gerou uma necessidade de mudança em diversas áreas, inclusive na contabilidade.

Todavia, com a expansão dos mercados e a globalização da economia, surge a necessidade, nas entidades, da elaboração de demonstrações contábeis baseadas em critérios uniformes e homogêneos, de forma que os gestores, investidores e analistas de todo o mundo possam utilizar informações transparentes, confiáveis e comparáveis, nos processos de tomadas de decisões (SILVA, 2013, p. 63).

Segundo Passos (2012) o setor público sentiu necessidade de acompanhar a evolução da economia mundial devido a globalização dos mercados, o que resultou em mudanças que impactaram a gestão pública.

Uma nova contabilidade foi sendo construída e no setor público esse processo de convergência foi chamado de *Internacional Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

O processo de convergência aos padrões internacionais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é algo novo que reflete o desenvolvimento do Brasil, porém está resultando em mudanças significativas no setor público.

A edição da Lei nº 4.320/1964 resultou em importantes normas de controle financeiro, estabeleceu o orçamento público como instrumento e ressaltou a necessidade do conhecimento da composição do patrimônio.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (2017, p.21) relata que:

Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, acabaram por dar enfoque, sobretudo aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidência dos aspectos patrimoniais.

A criação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T SP) foi o primeiro passo do processo de convergência. Segundo Macêdo et al. (2010) descrevem que a NBC T SP resultou no controle da contabilidade dos órgãos públicos para administrarem recursos públicos no desempenho de suas atividades.



No Brasil, as mudanças iniciaram em 2007 com a Resolução CFC 1.103/2007, onde o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), criou um Comitê Gestor da Convergência no Brasil para facilitar à adequação as normas contábeis.

No mesmo ano, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) criou o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON) através da publicação da Portaria nº 136. Segundo Queiroz e Rodrigues (2012, p.25):

Com a publicação da Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, do Ministério da Fazenda – MF, teve início, sob a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o processo de convergência das regras contábeis da esfera governamental brasileira aos padrões internacionais, com base nos IFRS e IPSAS, visando ao aprimoramento da gestão do patrimônio público.

Foi estabelecido que os responsáveis pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis com as *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) seria a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's).

Desde então, os responsáveis pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as IPSAS no setor público são a Secretaria do Tesouro Nacional, o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's).

De acordo com Vega et al (2015) as normas internacionais proporcionam melhor qualidade dos relatórios financeiros do Setor Público auxiliando no processo de tomada de decisão realizado pelos gestores públicos.

1.2 MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO (MCASP)

Em 2009, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) elaborou o Manual de Contabilidade Aplicada no Setor Público (MCASP) tornando-se obrigatória a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2017, p. 24) relata que:

As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacional (União), estaduais, distrital (Distrito Federal) e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretaria, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações diretas e indiretas (inclusive as empresas estatais dependentes).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público foi elaborado com a finalidade de contribuir com o processo de convergência aos Padrões e Normas Internacional de contabilidade no setor público e tornou-se uma ferramenta essencial para a contabilidade da gestão pública.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2017), uma das finalidades do MCASP é auxiliar na elaboração e aplicação do orçamento público, assim como cooperar no resgate do patrimônio como objeto da contabilidade.

Conforme apresentado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2017, p. 416):

A contabilidade poderá atender a demanda de informações requeridas por seus usuários, possibilitando a análise de demonstrações contábeis adequadas aos padrões internacionais e a avaliação da situação fiscal dos órgãos e entidades públicos, sob os enfoques orçamentário e patrimonial, com base em um Plano de Contas Nacional.

Segundo Mello (2017) a publicação da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público proporciona direcionamento técnico de forma detalhada, auxiliando na consolidação das contas públicas e na elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN).

1.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP)

De acordo com Veja et al (2015) as NBCASP representam uma melhor eficiência e efetividade aos seus gestores, resultando na facilidade de controle do Patrimônio Público e transparência de seus recursos aplicados. Em conformidade, Passos (2012, p.4) relatou que “a importância do processo de padronização da contabilidade do setor público se justifica à complexidade das inúmeras transações e operações que a Administração Pública executa diariamente”.

Em 2008 o CFC aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas no Setor Público (NBCASP) que estavam alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) e que tinham o objetivo de uniformizar as normas nacionais e as internacionais, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento das relações com outros países e consequentemente passando confiança nas demonstrações contábeis geradas.

Conforme Silva e Xavier (2017, p.4) “um marco importante na colaboração para o início desse processo de padronização da Contabilidade do Setor Público foi a publicação da resolução do CRC nº 1.128/2008 a nº 1.366/2011, estabelecendo as NBCASP”.

Segundo Piccoli e Silva (2017, p.03):

No Brasil, desde 2010 estão vigentes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), que deveriam ter sido adotadas de forma integral pelos três níveis de governo até 2014, conforme Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 634/2013, porém houve prorrogação para 2015.

Antes da aprovação das NBCASP, o CFC adotou ações que caminhavam com o processo de convergência contábil, sendo elas as Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas (NBC T): NBC T 16 a NBC T 16.10.

Em 2011 foi aprovada a NBC T 16.11 que trata sobre o Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Também em 2016, o CFC divulgou a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. Segundo Silva e Xavier (2017) essa norma veio para reforçar a necessidade de padronização e definir que os cidadãos são os principais usuários da Informação Contábil de propósito geral.

Destaca-se que a NBC TSP – Estrutura Conceitual revogou as NBC 16.1 a 16.5 e teve vigência em 1º de Janeiro de 2017. Em setembro de 2017, o CFC aprovou cinco NBC TSP que terão vigência a partir de 1º de Janeiro de 2019.

Desde 2016 vem ocorrendo mudanças e adequações no setor público e segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2017):

O processo de convergência da contabilidade pública ao padrão internacional, que começou em 2016 e vai até 2021, está sendo coordenado pelo Grupo Assessor da Área Pública, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade e composto por representantes do CFC, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outras instituições públicas.

De acordo com o CFC, há previsão de aprovação das NBC TSP 11 a 21 no ano de 2018 e, também das NBC TSP 22 a 33 até o final do ano de 2021. O quadro a seguir demonstra as NBC aplicadas no Setor Público que atualmente estão vigentes:

Quadro 1 – Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes e aplicadas ao Setor Público

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma
NBC TSP Estrutura Coonceitual	DOU 4/10/2016	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	DOU 28/10/2016	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	DOU 28/10/2016	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	DOU 28/10/2016	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
NBC TSP 04	DOU 06/12/2016	Estoques
NBC TSP 05	DOU 06/12/2016	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC T 16.6 R1	DOU 31/10/2014	Demonstrações Contábeis

NBC T 16.7	1.134/2008	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/2008	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/2008	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/2008	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	1.366/2011	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2017).

Para Silva e Xavier (2017) ao analisar as NBCASP estava claro que ocorreriam desafios devido a estrutura ousada das normas. Em conformidade Feijó (2012, p. 5, apud Silva e Xavier, 2017, p.5) relata que “a principal dificuldade para a implantação das NBCASP é quebra de paradigmas e costumes já enraizados”.

Mesmo diante de alguns desafios, as NBCASP proporcionaram benefícios e ganhos resultantes de sua implantação. Nascimento (2015), por exemplo, relata que a forma mais abrangente de registrar os eventos econômicos ao setor público é algo favorável, assim como a comparabilidade se tornou mais adequada entre as informações contábeis produzidas entres os entes federativos e entre o Brasil e outros países.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à coleta de dados, foram realizadas 04 (quatro) entrevistas em um total de 08 (oito) contadores que trabalham na Prefeitura Municipal de Cascavel-PR, representando 50% da amostra. Não serão expostos os nomes dos participantes conforme o Termo de Consentimento e Responsabilidade, diante disso os entrevistados serão identificados por letras, exemplo, entrevistado A.

No primeiro grupo de perguntas, o objetivo foi obter a formação acadêmica e conhecimentos sobre o processo de convergência aos padrões e normas internacionais de contabilidade. Constatou-se que todos possuem ensino superior completo e formação acadêmica em Ciências Contábeis. Todos relataram que trabalham a mais de 05 anos no setor público.

Quando questionados se possuíam um conhecimento prévio das alterações que viriam ocorrer no setor público devido à adesão do Brasil ao processo de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade, todos responderam que possuíam esse conhecimento. O entrevistado A fez o seguinte relato: “Tive acesso a todas as informações através dos órgãos fiscalizadores e da Secretaria do Tesouro Nacional que é a responsável pela implantação

dessas novas normas”. Já o entrevistado B disse que obteve conhecimento através de informações que o próprio Conselho Federal de Contabilidade forneceu.

Continuando no questionamento do conhecimento prévio das mudanças que viriam ocorrer na Contabilidade Pública, todos responderem que participaram de cursos e palestras sobre o assunto. O entrevistado A contou que participou de reuniões em Brasília-DF para debater sobre as novas normas que seriam implantadas.

De acordo com os entrevistados, a convergência internacional no setor público resulta em benefícios para a administração pública. O entrevistado A expos que o processo de convergência permite que a contabilidade brasileira se assemelhe a contabilidade de países desenvolvidos. O entrevistado B relatou que a convergência será benéfica e resultará em uma contabilidade única. O entrevistado C disse que será mais fácil realizar a consolidação dos dados. E o entrevistado D fez a seguinte afirmação: “Acredito que a convergência resultará em benefícios, porém não sei relatar especificamente de que forma”.

No segundo grupo de perguntas os entrevistados responderam perguntas sobre o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Todos os entrevistados informaram que o MCASP é de fácil entendimento, sendo que o entrevistado A fez o seguinte relato: “Para quem trabalha na área contábil ele não é complicado”, o entrevistado B relatou que conforme tempo e prática, a leitura se torna mais compreensiva. E os entrevistados C e D mencionaram que apenas de técnico o MCASP não é de difícil entendimento.

Com relação a aplicação dos conteúdos do MCASP todos contaram que aplicam esses conteúdos conforme o que já está implementado e exigido pelo Tribunal de Contas.

E, por fim, no terceiro grupo de perguntas foram abordados perguntas sobre conhecimento e aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As NBCASP resgataram o entendimento de que o objeto da contabilidade no setor público é o Patrimônio e não somente o Controle Orçamentário. Quando questionados sobre essa colocação o entrevistado A concordou dizendo que:

“Até então tudo era regido pela Lei 4.320/1964 então se pensava muito em termos de orçamento, a parte da execução orçamentária, sendo ela muito mais importante do que o patrimônio. E as NBCASP vieram e resgataram esse valor que deve ser dado para a questão do patrimônio, sem desmerecer a parte orçamentária”.

O restante dos entrevistados relatou que concordam com essa colocação já que o bem maior do setor público é o patrimônio.

No que se refere ao conhecimento e entendimento das NBC Técnicas nº 16, todos os entrevistados responderam que tiveram a oportunidades de ler essas normas e com relação ao seu entendimento, somente o entrevistado A relatou que no início foi um pouco difícil o entendimento por ser algo técnico, mas conforme a leitura e aplicação às normas se tornaram mais tranquilas.

Todos os entrevistados informaram que estão cientes que houve revogação das NBC T 16.1 a 16.5. Quando questionados sobre o conhecimento e aplicação da NBC TSP Estrutura Conceitual e das NBC TSP 1 a 5 que entraram em vigência em 1º de Janeiro de 2017, o entrevistado A disse que leu a NBC TSP Estrutura Conceitual, porém não conhecia as NBC TSP 1 a 5. O entrevistado B relatou que leu as normas citadas e as aplicas conforme a necessidade. O entrevistado C afirmou que: “Não li toda e NBC TSP Estrutura Conceitual, pois é muito técnica e não aplico as NBC TSP 1 a 5”. E, por fim, o entrevistado D informou que não leu e não aplica a NBC TSP Estrutura Conceitual e as NBC TSP 1 a 5, pois trabalha no setor de Custos e ainda não foi implantado e exigido a aplicação dessas normas.

CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo verificar as mudanças que ocorreram na contabilidade pública mediante a adesão dos Padrões e normas internacionais na prefeitura municipal de Cascavel-PR, para alcançá-lo foram realizadas 04 (quatro) entrevistas em um total de 08 (oito) contadores que trabalham na Prefeitura Municipal de Cascavel-PR.

Conforme respostas obtidas nas entrevistas realizadas na Prefeitura Municipal de Cascavel, os contadores estavam cientes que mudanças iriam ocorrer na Contabilidade Pública em decorrência da Adesão do Brasil ao processo de convergência e participaram de cursos para se atualizarem e se prepararem para as novas normas. Os resultados mostram que os contadores da Prefeitura Municipal de Cascavel aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, porém observou-se que com relação NBC TSP Estrutura Conceitual e as NBC TSP 1 a 5, essas que entraram em vigor em 2017, nem todos os contadores as conhecem ou utilizam.

O processo de convergência no Brasil ainda não foi finalizado, pois ocorrerão criação e implantação de novas normas contábeis aplicadas no setor público nos próximos anos, fazendo com que o tema desse artigo não se encerre com as abordagens aqui apresentadas.



Sugere-se que seja feita uma pesquisa nas capitais do país para ser verificado o nível de convergências às normas internacionais.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 08 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. In: Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 2017. 7. ed. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7ª%20edição+Versão+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Cria o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, dispondo sobre sua composição e funcionamento. Portaria nº 136 de 06 de Março de 2007. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria136.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, e dá outras providências. Resolução CFC nº 1.103 de 28 de Setembro de 2007. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1103.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBCs T 16.1 a 16.11, 2012. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor_publico.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBC T SP – Estrutura Conceitual. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBC T SP 1 a 5, 2017. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/wp-contet/uploads/2016/02/NBC_TSP_04012017.pdf> Acesso em: 08 mai. 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves. *Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACÊDO, João Marcelo Alves et al. Convergência Contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCES, Contadores e Gestores Público. In: REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES USP, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34759/37497>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

MELLO, Roberta. Setor público começa conversão às normas internacionais. In: Jornal do Comércio, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/noticias/setor-publico-comeca-conversao-as-normas-internacionais-1521>> Acesso em: 07 jun. 2017.

NASCIMENTO, José Orcélio do et al. A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE UFSC, 2015. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/80_16.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.

PASSOS, Luís Henrique Santos. O impacto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Cenário atual e perspectivas na administração pública de federal. In: Revista de Administração de Roraima – RARR, 2. Ed, Vol 1, p. 110-135. Disponível em : <<http://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/771>> Acesso em: 06 mai. 2017.

PICCOLI, Marcio Roberto; SILVA, Patrícia da. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e Novo Plano de Contas (PCASP): a percepção dos contadores públicos sobre as mudanças no setor. In: REVISTA UNOESE & CIÊNCIA – ACSA Joaçaba, Universidade Oeste de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/12208>> Acesso em: 30 jul. 2017.

QUEIROZ, Igor de Assis Sanderson; RODRIGUES, Adriano. O Efeito das Normas Internacionais de Contabilidade no Setor Público (IPSAS) sobre a Aplicabilidade dos Índices de Kohama para Análise de Balanços Patrimoniais da União. In: REVISTA PENSAR CONTÁBIL – Conselho Regional de Contabilidade do RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensalcontabil/article/viewFile/1480/1328>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Flávia de Araújo; XAVIER, Marília Celestino. Implantação da Nova Contabilidade Aplicada o Setor Público: os impactos, mudanças e ganhos observados pelos profissionais da Contabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte-MB. In: XIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE - USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/AnaisCongresso2017/ArtigosDownload/194.pdf>> Acesso em 17 jul. 2017.



SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Valmir Leôncio da. *A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VEGA, Reginara Oliveira Macedonio et al. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma análise nos municípios do COREDE-FO. In: REVISTA DE GESTÃO E CONTABILIDADE DA UFPI, 2015. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/viewFile/2688/2227>>. Acesso em: 06 mai. 2017.